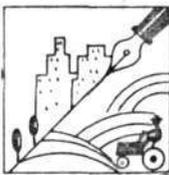


Até agora, Aeronáutica perde e Marinha ganha na Constituinte

BRASÍLIA — No primeiro round dos trabalhos constitucionais o Ministério da Aeronáutica perdeu o domínio sobre a aviação civil e o Ministério da Marinha conseguiu fazer passar um artigo que taxa toda e qualquer extração de minério que dependa de transporte hidroviário, abrindo uma possibilidade de engordar seus saldos. Essa taxa será devida aos estados, territórios, municípios e à Marinha, conforme o disposto em artigo inserido no relatório final da Subcomissão de Defesa do Estado.



O cochilo que impõe tal derrota à assessoria parlamentar da Aeronáutica mobiliza agora até mesmo o ministro Moreira Lima. Ele almoçou ontem com o senador Severo Gomes (PMDB-SP), presidente da Comissão de Ordem Econômica, segunda instância de apreciação das propostas aprovadas na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, onde um artigo de texto sutil, de autoria do deputado Noel de Carvalho (PDT-RJ), dá prazo de quatro anos para que a aviação civil tenha administração própria e desvinculada do Ministério da Aeronáutica.

— Vamos analisar a questão, considerando a documentação e os argumentos das partes interessadas — sustenta o senador, contando que aproveitou o almoço para trocar lobbies com o ministro.

Descuido — Com o relatório da subcomissão de princípios gerais, intervenção do estado-regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica embaixo do braço, o senador apontou ao ministro “pérolas de artigos” que entre outras coisas estabelecem que o estado participará da atividade produtiva em setores não atendidos pela empresa privada, sempre em caráter provisório.

— Aprovado isso, a Embraer, por exemplo, será provisória — disse a Severo. Moreira Lima exibiu o relatório, que considera “absurdo”. Segundo o senador, o ministro demonstrou “grande sensibilidade” na análise do relatório.

Foi justamente o fogo cerrado da assessoria parlamentar da Aeronáutica na Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica que possibilitou a inclusão do artigo pela Subcomissão

da Questão Urbana e Transporte, fato que só foi detectado às vésperas da votação do relatório final e não havia mais tempo para o trabalho de reversão dos votos dos constituintes, já convencidos pelo lobby dos aeronautas e aviadores.

Estes alegam que o domínio do Ministério da Aeronáutica sobre a aviação civil é uma peculiaridade brasileira e fruto do sistema autoritário, denunciando que a força aérea usa a aviação civil como “cobaia”, quando, por exemplo, simula interceptação de vôos comerciais sem que os aparelhos sejam informados disso.

O ministro Moreira Lima, por sua vez, além da argumentação econômica e da eficiência da operação integrada no controle do espaço aéreo brasileiro, propõe transformar em autarquia o Departamento de Aviação Civil - DAC —, desvinculando-o da estrutura formal do ministério. Nas mãos (e nos votos) dos constituintes está a vitória de um dos lados. O lobby da Aeronáutica, atualmente, é comandado pelo ministro. “Vamos lutar até a morte pela manutenção do sistema integrado que funciona quase à perfeição” — garante o coronel Wilson Antunes, assessor parlamentar da Aeronáutica.

O Ministério da Aeronáutica foi criado no governo de Getúlio Vargas em 1941, tendo como ministro indicado o civil Salgado Filho. Desde então, todo o tráfego aéreo brasileiro — civil e militar — é administrado em sistema integrado pelo Ministério da Aeronáutica, que se subdivide em três setores principais: Força Aérea, Aviação Civil e Pesquisa, Desenvolvimento e Indústria.

Todo o sistema aeroportuário do país é montado para o funcionamento paralelo e simultâneo da aviação civil e militar. Segundo a assessoria parlamentar do ministério, só em equipamentos de controle de voo, nos últimos 15 anos, já foram investidos mais de 1 bilhão e meio de dólares. Para se dissociar os dois sistemas serão necessários investimentos de vários bilhões de dólares, porque a Força Aérea não pode tampouco abrir mão dos equipamentos de controle de tráfego aéreo.

Gasparian afirma que venceu e acusa Serra

BRASÍLIA — O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) reagiu à inclusão de seu nome na lista dos relatores progressistas que tiveram seus anteprojetos rejeitados pelas subcomissões da Constituinte: “Meu relatório não foi rejeitado; foi aprovado quase na íntegra, com exceção da proposta relativa aos juros, e outras duas emendas que eu mesmo acolhi.”

Gasparian, que vem se desentendendo com José Serra, também integrante da bancada do PMDB paulista, nega ainda que seu parecer tenha sido estatizante, como vem sendo considerado: “Pelo contrário, ele caminha para o capitalismo. Nós estamos tão atrasados que, na verdade, estamos ainda vivendo a era do mercantilismo.”

Com raízes na política paulista, a disputa existente entre os deputados José Serra e Fernando Gasparian está claramente exposta na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte. “Ele é carreirista e, como é de esquerda, faz o jogo da direita para ser aceito”, afirmou há dias Gasparian, acusando Serra de fazer lobby entre os integrantes da Subcomissão do Sistema Financeiro — da qual foi relator — para derrubar seu parecer. Ontem, Serra reagiu: “Ao invés de fazer intrigas, ele deveria estar trabalhando”.

O inevitável confronto entre ambos ocorreu ontem, durante a primeira reunião da Comissão do Sistema Tributário, cujo relator é Serra, que foi secretário do Planejamento do governo Montoro. Gasparian reclamou de notícias sobre a intenção de Serra de alterar todo o seu anteprojeto. O relator da comissão, que evitou falar sobre o assunto desde que Gasparian começou a fazer acusações pela imprensa, irritou-se. “As notícias não procedem. Os relatórios feitos pelas subcomissões serão submetidos a um plenário maior, que é o da comissão”, disse.

Sandra quer tardes para Câmara e Senado

BRASÍLIA — A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) obteve mais de 60 assinaturas a um projeto de decisão que devolve o período da tarde ao funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado, até que haja ordem do dia da Assembleia Constituinte. Isso só vai ocorrer quando a Comissão de Sistematização encaminhar o primeiro anteprojeto de Constituição ao plenário, em meados de julho.

— A Comissão de Sistematização tem sido bombardeada com projetos de decisão que não têm nada a ver com os trabalhos constitucionais, mas sim com a conjuntura política e econômica do país — disse a deputada. — Mas acreditamos que o foro para essa discussão está nos plenários da Câmara e do Senado.

Assinaram o projeto parlamentares dos principais partidos. Além do deputado Vivaldo Barbosa, do PDT, e da deputada Irma Passoni, do PT, já estão na lista o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso; o líder do PFL na Câmara, José Lourenço; e o líder do PDS na Câmara, Amaral Neto.

Sandra acredita que o funcionamento da Câmara e do Senado durante as tardes de segunda a sexta-feira possibilitará a votação de várias matérias que se acumulam nas comissões técnicas e a discussão da conjuntura nacional.

São Paulo — José Carlos Brasil



Um sócio do presidente Sarney, que não dispensa um bigode bem cultivado e terno jaquetão, provocou uma alegre confusão no início da madrugada de ontem à porta do Incor — Instituto do Coração — em São Paulo, onde justamente o presidente da República se submetia a exames médicos. Rogério Dizioli (foto), que se apresentou como advogado paulista, tinha até uma declaração pronta: “O governo do presidente Sarney está sendo excelente”. Em seguida acenou para jornalistas e seguranças. Um policial se confundiu: “Esse aqui não é o que está lá dentro?”, perguntou